



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2018
ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E
CORRETIVA, SEM FORNECIMENTO DE
PEÇAS, DE EMPILHADEIRAS ELÉTRICAS,
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL,
POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO TOCANTINS, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A União Federal, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins**, CNPJ/MF nº 05.789.902/0001-72, situado na Quadra 202 Norte, Avenida Teotônio Segurado, Conjunto 01, Lote 01/02, Palmas-TO, neste ato representado por seu Diretor-Geral — **José Machado Dos Santos**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.565.192 SSP/DF e do CPF/MF 412.307.011-68 — e pelo Secretário de Administração e Orçamento — **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 282.526.081-91 —, doravante designada **Contratante** e empresa **XXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ/MF Nº XXXXX.XXX/XXX-XX, situada na xxxxxxxxxxxxxxxx, CEP nº xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a), portador do documento de identidade nº xxxxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada **Contratada**, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico TRE/TO nº 03/2018, e a respectiva homologação, celebram o presente instrumento, nos termos das Lei Federal nº 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005, autorizado no Processo Eletrônico nº 0020353-68.2017, e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de peças, para duas empilhadeiras elétricas da marca PALETRANS, modelo PT1635.

1.2. Características das empilhadeiras:

1.2.1 Trata-se de 2 (duas) empilhadeiras elétricas, com as seguintes características:

a) 1 (uma) empilhadeira elétrica tracionária	Marca: PALETRANS. Modelo: PT1635; Número de série: 0168131;
b) 1 (uma) empilhadeira elétrica tracionária	Marca: PALETRANS. Modelo: PT1635; Número de série: 0168132

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS

2.1 Das Manutenções Preventivas e Corretivas

2.1.1 Manutenções Preventivas- tem como objetivo todo e qualquer procedimento destinado a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos das empilhadeiras elétricas tracionárias, e todos os seus componentes, conservando - os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais de fabricação e normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, devendo incluir-se, a cargo da CONTRATADA, as trocas de elementos filtrantes, fluidos, lubrificantes, e de todo e qualquer consumível que se fizer necessário ao bom funcionamento do equipamento e à realização das referidas manutenções preventivas;

- a) Deverá ser realizada manutenção preventiva programada por técnicos da CONTRATADA, mensalmente, realizando as verificações/testes, bem como os demais procedimentos que julgar necessários para mantê -los em perfeito estado de funcionamento e em perfeitas condições de segurança, em horário compatível com o expediente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.
- b) Para cada manutenção preventiva realizada, a CONTRATADA deverá elaborar e entregar Relatório de Manutenção, contendo informações necessárias ao acompanhamento das manutenções.
- c) O fornecimento de componentes necessários à realização das manutenções ficará a cargo da CONTRATADA, assim como a aplicação de qualquer material complementar aos trabalhos tais como: ferramentas, instrumentos de medição, lubrificantes, graxas, produtos de limpeza, isolantes, etc
- d) Durante as manutenções preventivas deverão ser realizados os seguintes serviços:

Lubrificação:

- Lubrificar todas as peças móveis;
- Lubrificar rolamentos dos roletes que suportam a bateria; Lubrificar correntes de elevação com

- spray para correntes; Lubrificar as pistas de rolamento dos perfis da torre de elevação; Engraxar
- rolamentos das polias das correntes e das mangueiras;
- Engraxar engrenagem e pinhão do motor de direção elétrica/redutor da tração.

Vazamentos:

- Examinar o redutor da tração quanto a vazamentos; Examinar vazamentos nos cilindros
- hidráulicos; Examinar vazamentos no porta garfos;
- Examinar vazamentos em todas as conexões hidráulicas;
- Examinar estado geral das mangueiras.

Rodas:

- Examinar torque de aperto dos parafusos da roda de tração;
- Examinar o desgaste da roda de tração e de carga, assim como danos no revestimento.

Freios:

Ajustar a folga do freio eletromagnético.

Níveis de óleo:

Verificar nível de óleo do reservatório hidráulico;

Limpar o filtro de retorno do óleo e substituir, se necessário.

Componentes eletroeletrônicos:

- Examinar o desligamento do motor bomba ao fim do avanço e ao fim do recuo da torre de
- elevação; Examinar todos os conectores elétricos;
- Examinar o estado de conservação dos cabos de bateria.

Componentes da torre de elevação:

- Ajustar a tensão das correntes de elevação;
- Examinar desgastes nos perfis da torre de elevação e dos braços do chassi; Examinar visualmente todos os quadros da torre de elevação quanto a fissuras; Verificar folgas de rolamento nos perfis da torre;
- Verificar a ponta do garfo quanto a desníveis;
- Verificar folgas entre roletes da torre entre os quadros externo e médio, e entre quadros médio e interno.

Bateria:

- Seguir corretamente o procedimento de carga;
- Verificar o nível de água da bateria, carregando -a sempre que necessário com o fluido
- recomendado; Verificar os bornes quanto à oxidação.

Chassi:

- Verificar existência de fissuras;
- Examinar rolamentos dos roletes suporte da bateria.

Motores:

- Verificar ruídos nos rolamentos dos motores de tração, elevação e de direção.

2.1.2 Manutenções Corretivas- é aquela destinada a reparar os eventuais defeitos apresentados pelos equipamentos, colocando -os em perfeitas condições de uso, a incluir ajustes, regulagens e reparos necessários;

a) Além da manutenção preventiva mencionada no item anterior, a CONTRATADA também deverá realizar manutenções corretivas, tantas vezes quantas forem as solicitações.

b) A CONTRATADA deverá realizar ainda os serviços de assistência corretiva e de plantão por meio do envio de profissional técnico ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, a pedido da CONTRATANTE, para eliminação de falhas e outras providências, tantas vezes quantas forem necessárias, preenchendo na ocasião o impresso próprio de atendimento que deverá constar dados gerais como: marca, modelo, local da instalação, defeito reclamado, solução apresentada, relação de peças substituídas, data e horários inicial e final do serviço, além da identificação do técnico que prestou o atendimento, devendo uma via do respectivo impresso ser entregue ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins;

c) Deverá ser efetuada a Manutenção Corretiva para regularizar anormalidades de funcionamento das empilhadeiras, substituindo ou reparando, segundo critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação do equipamento em condições normais de funcionamento, utilizando peças nova, original ou similar (sem uso prévio) e garantida pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias

d) Na manutenção corretiva, a reposição/substituição de peças deverá ser precedida de aprovação expressa, por parte do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, de orçamento apresentado pela CONTRATADA, iniciando a execução dos serviços somente após a aprovação expressa do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Compete ao CONTRATANTE:

- 3.1.1. Acompanhar, permanentemente, a Execução dos serviços ajustados, por intermédio de servidor da Seção de Serviços Gerais e/ou da Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas, aos quais caberá atestar as faturas apresentadas;
- 3.1.2. Comunicar, imediatamente, a CONTRATADA qualquer irregularidade observada no funcionamento das empilhadeiras;
- 3.1.3. Não alterar ou trocar equipamentos sem consentimento da CONTRATADA;
- 3.1.4. Zelar pelo bom uso das empilhadeiras, a fim de prevenir danos causados por negligência ou maus tratos ao equipamento;
- 3.1.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 3.1.6. Comunicar a contratada qualquer irregularidade constatada na execução do objeto deste contrato;
- 3.1.7. Pagar a contratada até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao recebimento e atesto da respectiva Nota Fiscal e Fatura, lavrados pelo servidor designado para a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato.

3.2. Compete à CONTRATADA:

- 3.2.1. tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento;
- 3.2.2. não consentir que outrem, mesmo que da própria Administração, execute os serviços aos quais se obriga, salvo em situação de emergência que possa causar danos ou perda total do equipamento;
- 3.2.3. sugerir medidas visando ao aperfeiçoamento da execução dos serviços;
- 3.2.4. utilizar pessoal devidamente habilitado para os serviços contratados, correndo, por sua conta, quaisquer despesas de contribuição previdenciária, encargos trabalhistas e seguros, e outros, dos seus empregados;
- 3.2.5. executar os serviços nas dependências da Central de Urnas Eletrônicas do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, localizada na Quadra 203 Norte, Alameda 8, número 01-C, Palmas- TO, no horário de expediente normal, ou em outra data e horário previamente combinados com os responsáveis pela SEVUE - Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas, a partir de cronograma definido pelo Tribunal Regional

Eleitoral do Tocantins.

3.2.6. solicitar autorização expressa e por escrito da fiscalização do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins para os registros necessários à movimentação dos bens, caso necessária a retirada das empilhadeiras das dependências da CONTRATANTE para a execução de qualquer serviço de conserto. O prazo para devolução dos equipamentos não deve ser superior a 15 (quinze) dias úteis;

3.2.7. Realizar as manutenções, preventivas e corretivas, conforme estabelecido no presente Contrato;

3.2.8. atender, prontamente, no horário normal de trabalho, de 7h30min às 19h00min inclusive sábados, domingos e feriados, as solicitações, via telefone, para restabelecer o funcionamento dos elevadores;

3.2.9 responder pelos danos causados diretamente à Administração do Tribunal Regional Eleitoral ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal Regional Eleitoral;

3.2.10. arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados durante a execução dos serviços;

3.2.11. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

3.2.12. implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

3.2.13. prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;

3.2.14 manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

4.1 - O presente Contrato tem o preço global de **R\$ 0,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, divididos em parcelas mensais de **R\$ 0,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

4.2 - O pagamento será efetuado mensalmente em moeda corrente, por meio de Ordem Bancária, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao recebimento da respectiva Nota Fiscal e Fatura, mediante de Ordem Bancária à crédito da Conta Corrente nº XXXXX, Agência XXXXXX, do Banco XXXXXX.

4.3 - Na liquidação da despesa, a contratada deverá apresentar certidões de regularidade com a previdência social - CND/INSS e com o FGTS em plena validade.

4.4 - Se a empresa for optante do SIMPLES, deverá anexar à Nota Fiscal o documento que comprove a opção, no modelo determinado pela Receita Federal do Brasil, para que não incidam retenções indesejadas.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - Este Contrato vigorará por **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado se houver interesse das partes, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1 - O preço estabelecido acima poderá ser reajustado após 12 (doze) meses, contados a partir da apresentação da proposta de preços, usando-se como fator de correção o IPC (FIPE) acumulado no período, ou outro índice oficialmente designado para se aplicar aos Contratos de prestação de serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. O presente Contrato é celebrado mediante licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, o contrato será fiscalizado e acompanhado pelo CONTRATANTE, por intermédio da Seção Serviços Gerais/SESEG e da Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas/SEVUE.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. O presente Contrato será publicado em extrato no D.O.U., consoante termos do artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93, a expensas do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor anual do contrato, sem prejuízo das

demaís sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº. 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%;
- b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,8%, limitada ao máximo de 10%, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

10.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa da Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções.

- a) advertência por escrito sobre o descumprimento das cláusulas contratuais e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor anual do contrato;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRE/TO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

10.3. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

10.4. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital.

10.5. As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - A inexecução total ou parcial deste Contrato, por parte da Contratada, nos termos do Art. 78, da Lei nº. 8.666/93, enseja a sua rescisão por parte da Contratante, assegurados todos os direitos previstos em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0017 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral, Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.19- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Manutenção e Conservação de Veículos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Seccional Palmas, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

Por estarem de acordo, assinam as partes este instrumento contratual por meio do Sistema Eletrônico de Informações da CONTRATANTE.

Palmas - TO, ____ de XXXXXXXX de 2017.

JOSÉ MACHADO DOS SANTOS

Diretor-Geral / TRE-TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM

Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da Contratada

Testemunha:

Testemunha: